

Data: 13 / 02 / 2026

N/Refª.: AMSTB.2529.004

Assunto: **Reforço da Resiliência Municipal, Auditoria de Infraestruturas Críticas e Mitigação de Riscos Tecnológicos**

---

Considerando que:

O concelho de Setúbal apresenta uma exposição a riscos múltiplos, nomeadamente riscos de cheias e inundações, risco sísmico — atendendo à sua localização geográfica — e vulnerabilidade a falhas prolongadas no fornecimento de energia elétrica;

A continuidade dos serviços públicos essenciais, bem como a proteção da vida e dos bens dos municípios, dependem diretamente da existência de infraestruturas de suporte adequadas, como geradores de emergência e reservas estratégicas de água, devidamente operacionais em cenário de crise;

Subsistem dúvidas relevantes quanto ao grau efetivo de preparação do município para responder a cenários de emergência, designadamente no que respeita à existência e operacionalidade de geradores nos edifícios e serviços críticos, à suficiência das reservas de água potável e ao número de dias de abastecimento garantido à população em caso de interrupção prolongada;

Importa igualmente clarificar se os planos municipais de emergência se encontram atualizados, testados e plenamente operacionalizados para cenários de elevada gravidade, como apagões generalizados ou a ocorrência de um sismo;

A eficácia da Proteção Civil municipal não se avalia apenas pela capacidade de resposta imediata, mas sobretudo pela antecipação dos riscos, pelo planeamento estruturado, pelo investimento adequado e pela prestação de informação clara e transparente à população;

Não pode continuar a prevalecer uma lógica de reação pontual, apenas após a ocorrência de danos, sendo essencial assegurar respostas preventivas, consistentes e verificáveis;

A população tem o direito de conhecer o grau real de preparação do concelho para enfrentar situações de emergência, como condição essencial de confiança nas instituições públicas;

**A Assembleia Municipal de Setúbal, na sessão ordinária de 13 de fevereiro de 2026, recomenda que o Executivo Municipal promova uma avaliação integrada da capacidade de resposta do concelho a cenários de emergência, designadamente através das seguintes medidas:**

- a) Levantamento e divulgação da capacidade instalada de geradores de emergência nos serviços municipais e restantes infraestruturas críticas;
- b) Avaliação da autonomia do sistema de abastecimento de água potável, identificando o número de dias de fornecimento assegurado em caso de interrupção prolongada;
- c) Revisão, teste e atualização dos planos municipais de emergência, nomeadamente para cenários de cheias, sismos e falhas generalizadas de energia.
- d) Estabelecer e formalizar protocolos de atuação e fluxogramas de comunicação claros com os parceiros estratégicos de socorro e segurança — incluindo Bombeiros (Sapadores e

Voluntários), Forças de Segurança, Forças Militares e unidades de saúde (públicas, sociais e privadas) — garantindo uma cadeia de comando inequívoca e canais de contacto redundantes para cenários de crise máxima.

A presente recomendação visa reforçar a transparência, a capacidade de planeamento e a resiliência do concelho de Setúbal, promovendo maiores níveis de segurança e previsibilidade para a população.

Setúbal, 13 de fevereiro de 2026

A proponente,



Susana Bicho

Deputada eleita pela Iniciativa Liberal